

CONTROLADORIA: UM INSTRUMENTO DE GESTÃO E OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO DAS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS

CONTROLLER: AN INSTRUMENT FOR THE MANAGEMENT AND OPTIMIZATION OF THE MANAGEMENT OF MICROS AND SMALL COMPANIES

Eduardo dos Reis Silva 1
Talita Tatiana Gomes da Silva 2
Ester Passos de Sousa Oliveira 3
Thiago Sousa Silva 4

Administrador pela Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão. Pós-graduando em Gestão Logística e Engenharia da Produção pela Faculdade Estratégica. Pós-graduando em Gestão Educacional: Supervisão, Inspeção e Orientação.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1548160542685027>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1727-5951>.
E-mail: eduardo16rs@hotmail.com

Administradora pelo Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8621045302587326>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2255-8809>.
E-mail: talita.pmi@hotmail.com

Acadêmica de Administração pela Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2822546708929437>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5694-3011>.
E-mail: esterpassosoliveira@outlook.com

Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté. Especialista em Gerenciamento de Projetos pela Universidade Gama Filho. Administrador de Empresas pela Universidade Estadual do Maranhão.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3754173366488364>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7998-4158>.
E-mail: admthiagosousa@hotmail.com

Resumo: As micros e pequenas empresas possuem papel importante na sociedade, pois decorre da evolução dos conceitos, valores e paradigmas sociais. Por se tratar de empresa de pequeno quadro operacional e uma participação direta no dia a dia do gestor, costuma ter um relacionamento personalizado e de muita proximidade com seus clientes. Na economia, esta desempenha importante função dando estabilidade e garantido níveis estratégicos de empregabilidade. Apesar disso, historicamente tem sofrido com o abandono por partes das políticas públicas de incentivos e fomento para expansão. Por intermédio de pesquisa bibliográfica, este estudo visa apresentar a praticidade dos conceitos da controladoria na conjuntura dos pequenos negócios e a busca pela a questão "Por que as empresas fecham?"

Palavras-chave: Microempresa. Histórico. Controladoria.

Abstract: Micro and small companies play an important role in society, as it stems from the evolution of social concepts, values and paradigms. As it is a company with a small operational staff and a direct participation in the manager's daily life, it usually has a personalized and very close relationship with its customers. In the economy, this plays an important role in providing stability and ensuring strategic levels of employability. Despite this, historically it has suffered from the abandonment by public policies of incentives and incentives for expansion. Through bibliographic research, this study aims to present the practicality of controllership concepts in the context of small businesses and the search for the question "Why do companies close?"

Keywords: Microenterprise. History. Controllership.

Introdução

A contabilidade tem objeto de estudo o patrimônio de uma empresa. Esse patrimônio, gerido com eficácia, é capaz de gerar dividendos para os sócios, renda e emprego para os colaboradores além de financiar o estado. Desse modo, torna-se possível, com o pagamento de tributos, o cumprimento do dever constitucional estatal de garantir a sociedade o direito a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, na forma do artigo 6º da Constituição Federal (BRASIL, 2004). Desse modo, nota-se a importância dos princípios da controladoria para a gestão da azienda, independentemente do seu porte. Buscando apreender a ideia da aplicabilidade da Controladoria nos pequenos negócios, este trabalho objetiva apresentar os conceitos desta ciência de forma compreensível no contexto de microempresa, considerando dificuldades comuns para o microempreendedor: limitação financeira e técnica por parte da gerência da empresa e limitação de quadro de pessoal. Portanto, questiona-se: por que as empresas fecham suas portas logo nos primeiros anos? No Brasil, as Micro e Pequenas Empresas (MPE's) possuem uma barreira a ser superada que é a falência logo nos primeiros anos. Ao decorrer desse artigo, serão abordados os dilemas relativos às causas da alta mortalidade de empresas.

Algumas variações demonstram essas fragilidades, tais como condições de mercado; receptividade do mercado ao novo negócio; concorrência; clientes; políticas públicas; fomento ao negócio; entidades de consultoria para auxílio na gestão; questões relativas ao empreendedor e à MPE's; planejamento prévio; experiências no ramo; e, estratégias para alcançar os resultados.

Metodologia

Quanto aos objetivos a pesquisa pode ser: explicativa, descritiva ou exploratória. Definir de acordo com a sua pesquisa e fundamentar.

Quanto ao procedimento técnico, a referida pesquisa desenvolveu-se de um levantamento bibliográfico que se remete ao tema, pautando-se em obras de consagrados doutrinadores em conjunto com artigos científicos e demais publicações congruentes. Conforme (GIL, 2008) a pesquisa bibliográfica se desenvolve por meio de materiais já elaborados, constituindo-se principalmente de livros e artigos científicos que se relacionam com o tema de estudo.

Desse modo, a pesquisa foi realizada com suporte de materiais já existentes, que proporcionou uma análise nutritiva acerca da proposição fomentada.

Quanto ao método de abordagem, trata-se de uma pesquisa dedutiva, visto que parte de doutrinas e leis, partido do geral para o específico, para se chegar a uma conclusão unicamente lógica (GIL, 2008).

E de natureza quantitativa, por utilizar-se da realização de coleta de dados. Segundo Richardson (2008), a pesquisa de natureza quantitativa caracteriza-se pelo uso da contagem dos dados obtidos, sendo expressados em números, para gerar informações, assim evidenciando fatores mais relevantes de determinado tema, por meio da estatística.

Contudo, também possui natureza qualitativa. Segundo Gil (2008), o uso dessa abordagem propicia o aprofundamento da investigação das questões relacionadas ao fenômeno em estudo e das suas relações, mediante a máxima valorização do contato direto com a situação estudada, buscando-se o que era comum, mas permanecendo, entretanto, aberta para perceber a individualidade e os significados múltiplos.

O método de procedimento utilizado foi de forma monográfica, uma vez que representa rigorosos procedimentos metodológicos acerca de um tema específico. Assimila (GIL, 2008), acerca do mencionado, que o método monográfico parte do princípio de que o estudo de um caso em profundidade pode ser considerado representativo de muitos outros ou mesmo de todos os casos semelhantes.

Para que se tenha melhor compreensão acerca do plano da coleta de dados, é importante enfatizar que a análise desses dados coletados perante este órgão deu-se por método comparativo (comparando-se o conteúdo), pois consiste em investigar os fatos, assimilando suas semelhanças e diferenças. "Sua ampla utilização nas ciências sociais deve-se ao fato de possibilitar o estudo comparativo de grandes grupamentos sociais, separados pelo espaço e

pelo tempo” (GIL, 2008, p. 34).

Resultados e discussão

As Micro e Pequenas Empresas no Brasil

Nas últimas décadas temos presenciado um florescer empresarial em nossas cidades. Essas novas empresas têm transformado não só cenário cotidiano, como também o cenário de oportunidades de empregos, de novas tecnologias e novas formas de prestação de serviços e produtos. Além disso, possibilidade de inovar, experimentar novas ideias, a perspectiva de melhores ganhos financeiros, prestígio perante a sociedade, atrelado à previsibilidade econômica, tem sido um solo fértil para o empreendedorismo.

Segundo Maximiliano (2011, p. 7) “o Brasil no ano de 2000, dentre 21 países, foi o melhor colocado na iniciativa para novos negócios”. Essa predisposição tem contraste com a falta de incentivos governamentais, destacando-se a falta de políticas públicas que viabilizem a consolidação de novos empreendimentos, tais como falta de financiamentos, poucas linhas de créditos, juros altos, além da forte carga tributária.

Apesar dessas dificuldades, o Brasil tem sinalizado mudança nesse cenário por meio de iniciativas de apoio ao empreendedorismo. O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), as fundações estaduais de amparo à pesquisa, os incubadores de novos negócios e escolas superiores, oferecem cursos e outros tipos de programas sobre o empreendedorismo que orientam e oferecem informações sobre os novos negócios.

As MPE's possuem grande importância no crescimento e desenvolvimento do país, visto que são uma alternativa de ocupação para uma pequena parcela da população que tem condição de desenvolver seu próprio negócio, e em uma alternativa de emprego formal ou informal, para uma grande parcela da força de trabalho excedente, em geral com pouca qualificação, que não encontra emprego nas empresas de maior porte.

Histórico e legislação

Em meados da década de 1980, o crescimento econômico estava em declínio, assim aumentando o desemprego, com isso, resultando na criação de pequenos negócios por parte da população que não estava empregada, afinal, muitos tinham família que dependiam de alguma fonte de renda. Tal acontecimento resultou na criação das primeiras iniciativas para incentivar a abertura de MPE's, que poderiam fomentar a economia brasileira (IBGE, 2003).

Quanto as primeiras iniciativas, cabe mencionar:

- a implantação do primeiro Estatuto da Microempresa (Lei nº 7.256 de 27 de novembro de 1984) e a inclusão das micro e pequenas empresas na Constituição Federal de 1988, que passou a garantir-lhes tratamento diferenciado (Artigo 179 do Capítulo da Ordem Econômica);

- a transformação em 1990 do Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena Empresa - CEBRAE -, criado em 1972, em Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, com funções mais amplas;

- a criação de linhas especiais de crédito no BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil;

- a Lei nº 9.317 de 5 de dezembro de 1996, que instituiu o Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES;

- a Lei nº 9.841 de 5 de outubro de 1999, que instituiu o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;

- o estabelecimento de um Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, demonstrando a dimensão e a importância das micro e pequenas empresas para o crescimento e desenvolvimento da economia nacional (IBGE, 2003, p. 15-16).

Além destas, menciona-se ainda:

Lei Complementar 123 de 15 de dezembro de 2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; e cria o SIMPLES NACIONAL (BRASIL, 2006).

Qualidades, deficiências e desafios

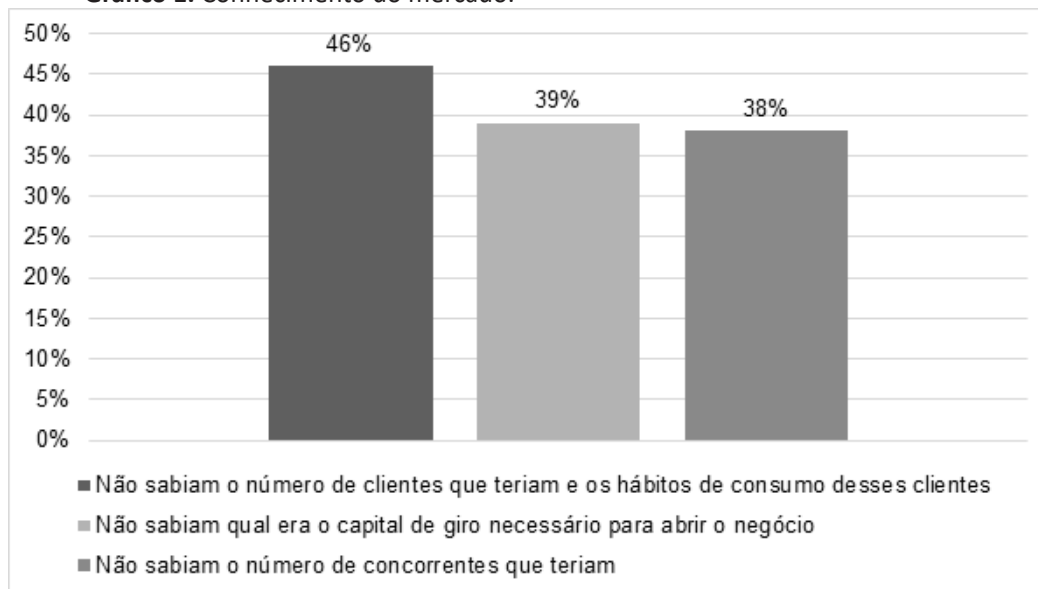
Segundo pesquisa realizada pelo IBGE (2003), as micro e pequenas empresas possuem características peculiares que as distinguem das empresas de médio e grande porte. Foram apontadas nessa pesquisa as seguintes peculiaridades: baixa intensidade de capital; altas taxas de natalidade e de mortalidade; demografia elevada; forte presença de proprietários, sócios e membros da família como mão de obra ocupada nos negócios; poder decisório centralizado; estreito vínculo entre os proprietários e as empresas, não se distinguindo, principalmente em termos contábeis e financeiros, pessoa física e jurídica; registros contábeis pouco adequados; contratação direta de mão de obra; utilização de mão de obra não qualificada ou semiquificada; baixo investimento em inovação tecnológica; maior dificuldade de acesso ao financiamento de capital de giro; e relação de complementaridade e subordinação com as empresas de grande porte.

Esse estudo atribui ideia da dimensão das deficiências e apontam as consequências que a ausência dos princípios e conceitos relacionados a Controladoria podem trazer a micro e pequenas empresas, consequências, por hora, essas fatais, como os altos índices de mortalidade.

Faz-se necessário analisar os altos índices mortalidade das MPE'S, pois quanto mais conhecermos essas causas, mais fortalecida ficam as MPE's. Em 2014, o SEBRAE-SP - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo, realizou um levantamento sobre a causa mortis das MPE's no Estado de São Paulo, esse estudo é espelho da realidade dos demais estados da federação.

A primeira causa que contribui para a mortalidade das empresas, está no desconhecimento do mercado e dos concorrentes diretos do novo negócio. No espaço amostral de 1.829 entrevistadas no período de 23/04/13 e 30/08/13 e 10/09/13 a 30/11/13, o gráfico 1 demonstra qual o percentual das empresas que ignoram esse dado relevante para o bom andamento do negócio.

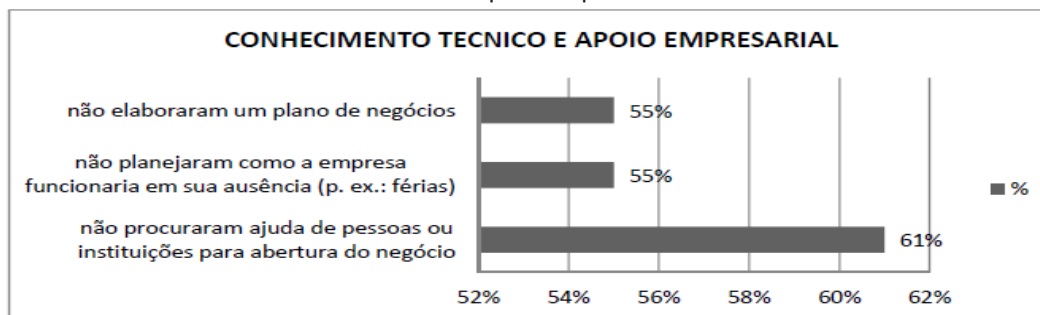
Gráfico 1. Conhecimento do mercado.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em SEBRAE (2014).

A segunda causa apontada está na falta de conhecimento técnico sobre o próprio negócio e o desconhecimento da existência das entidades que apoiam o microempreendedor, conforme gráfico 2. Essas entidades, como SEBRAE, têm capacidade técnica para direcionar e instruir o novo empreendedor na direção no seu negócio.

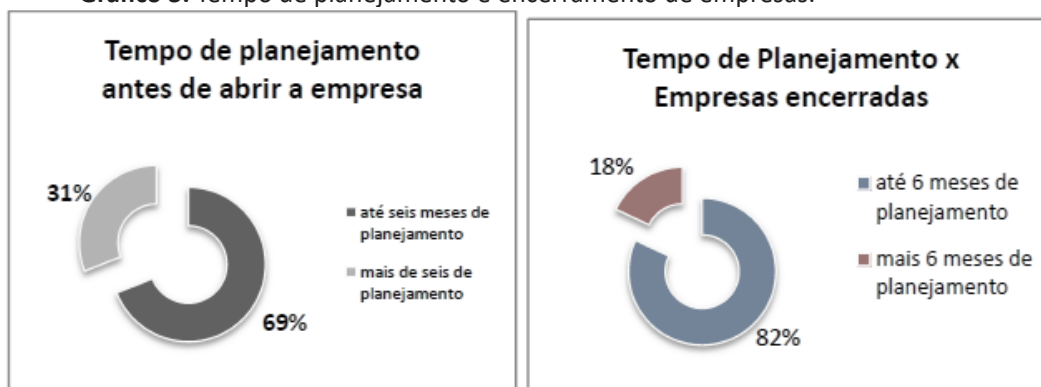
Gráfico 2. Conhecimento técnico e apoio empresarial.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em SEBRAE (2014).

Outro erro grave é o planejamento prévio do negócio, conforme gráfico 3. Nesse quesito, demonstra-se o tempo que o empreendedor demandou na organização do negócio, estabelecendo estratégias, definindo metas, pesquisando o mercado de atuação e os concorrentes, pesquisando o produto e/ou serviço que deseja oferecer no mercado e o cliente alvo.

Gráfico 3. Tempo de planejamento e encerramento de empresas.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em SEBRAE (2014).

Mesmo com esse déficit de conhecimento técnico, as MPE'S possuem notável participação na economia, conforme tabela 1. Essa pesquisa estima que as MPE's somam um total de 2 milhões de empresas de comércio e serviços em operação no país, que ocupavam cerca de 7,3 milhões de pessoas, ou seja, 9,7% da população ocupada, gerando 168,2 bilhões de reais na economia brasileira.

Tabela 1. Receita das empresas de comércio e serviços, segundo o porte da empresa - 1985/2001.

PORTE DA EMPRESA	PESSOAL OCUPADO (EM MIL)		
	1985	1994	2001
TOTAL	6.774,4	8.119,0	11.995,3
Micro e Pequenas empresas	3.436,3	3.816,3	7.290,7
Medias e grandes empresas	3.338,1	4.302,7	4.704,6

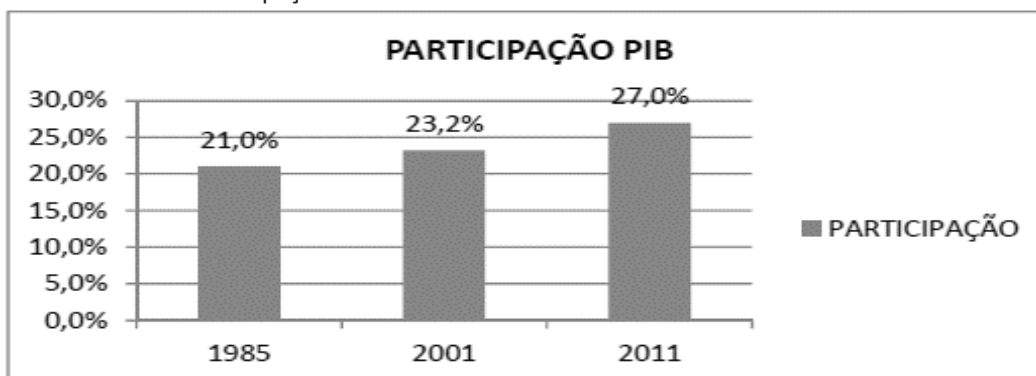
Fonte: IBGE (2003).

Esse segmento há muito tempo vem merecendo atenção especial dos gestores públicos na criação de benefícios e políticas públicas, que também possam potencializar a geração de riquezas, proporcionando uma melhoria, com a remuneração do trabalhador, uma vez que essas empresas remuneram mais de 50% dos empregos com carteira assinada no setor privado, segundo IBGE.

Outro parâmetro a ser analisado é o potencial das micro e pequenas empresas na economia nacional, conforme gráfico 4. Segundo pesquisa do SEBRAE, os pequenos negócios respondem por mais de um quarto do PIB brasileiro, mais precisamente, 27%, que é gerado por cerca de 9 milhões de MPE's brasileira. Ressalva-se ainda que, esses números vem crescendo no decorrer dos anos.

Pelo gráfico 4, percebemos um crescimento de 2,2% de 1985 para 2001 e de 3,8% de 2001 para 2011. Os dados de participação no PIB evidenciados abaixo foram elaborados inicialmente pelo IBGE, na década de 1980, e posteriormente pelo SEBRAE e Fundação Getúlio Vargas (SEBRAE, [2012]).

Gráfico 4. Participação do PIB.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em SEBRAE [2012].

Com relação a valores monetários, as MPE's cresceram sua produção em quatro vezes, de R\$ 144 bilhões para R\$ 599 bilhões, no período 2001-2011. Quanto ao que foi contabilizado como capital produzido pelas micro e pequenas empresas, incluiu-se dados de todos os setores, com exceção dos setores que não há MPE's, como o setor público e as intermediações financeiras (SEBRAE, [2012]).

Quando a análise do PIB nacional é feita por setor, as MPE's respondem por pouco mais da metade, 1/2, no comércio, por pouco menos que 1/4 na indústria e por pouco mais que 1/3 no serviço, conforme quadro 1.

Quadro 1. Participação das MPE's no PIB por setor da economia.

PARTICIPAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESA NO PIB POR SETOR DA ECONOMIA

<i>SETOR DA ECONOMIA</i>	<i>PARTICIPAÇÃO DO PIB</i>
COMÉRCIO	53,4%
INDÚSTRIA	22,5%
SERVIÇOS	36,3%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em SEBRAE [2012].

De acordo com a pesquisa realizada por SEBRAE [2012], os fatores elencados como impulsionadores dos pequenos negócios nacionais são: melhoria do ambiente de negócios, devido a criação do Supersimples, que reduziu impostos e unificou outros tributos; aumento da escolaridade da população; e amplificação do mercado consumidor.

O quadro 2 retrata o impacto dos pequenos negócios na economia nacional. Percebe-se que os pequenos negócios empregam cerca de 52% dos trabalhadores brasileiros que trabalham em regime CLT, além de atender a 40% da massa salarial nacional.

Quadro 2. Representatividade dos pequenos negócios na economia brasileira.

Representatividade dos Pequenos negócios na economia brasileira:

PIB	27%
52% dos empregos com carteira assinada	52%
Salários pagos	40%
Total de micro e pequenas empresas	8,9 milhões

Fonte: Elaborado pelo autor com base em SEBRAE [2012].

A pesquisa conclui que esses três fatores têm motivado o brasileiro a empreender por oportunidade e não mais por necessidade. Antes, um empreendimento era criado quando não havia emprego disponível. Agora, de 10 pessoas, sete iniciam um novo negócio simplesmente por perceber uma demanda no mercado, ocasionado assim em mais planejamento e maiores chances de desenvolvimento (SEBRAE, [2012]). Assim, é evidente o impacto que as MPE's pro-

porcionam tanto no PIB, quanto na remuneração do trabalhador.

Gestão das organizações

É comum falar-se em administração de organizações, empresas, de negócios, de instituições ou de empreendimentos. Todas essas entidades são figuras abstratas e sem vida própria. Todas elas dependem de planejamento, organização, direção e controle de seu gestor ou de sua equipe de gestão para serem bem-sucedidas.

“Uma organização é uma combinação de recursos que procura deliberadamente realizar algum tipo de objetivo (ou conjunto de objetivos)” (MAXIMIANO, 2000, p. 91). Isto significa que possuem propósitos definidos, elaborando-se o planejamento para se atingir objetivos definidos.

Segundo Chiavenato (2011, p. 8) a administração dentro de uma empresa possui três níveis de gestão. Sendo nível institucional ou estratégico, nível intermediário ou tático e nível operacional. Os três níveis organizacionais precisam trabalhar em uníssono e em total integração para que o conjunto possa apresentar articulação e flexibilidade ao mesmo tempo.

O nível estratégico, conceitualmente, é o nível mais elevado na organização. É nele onde são tomadas as decisões em virtude do contato direto com o meio externo e recebe os impactos das mudanças e pressões ambientais. Nesse nível, também são definidas as metas a serem alcançadas no longo prazo no sentido de alcançar a sustentabilidade no negócio.

No nível intermediário ou tático são tomadas as decisões e ações que dizem respeito as diversas áreas, das unidades ou dos departamentos da empresa. Nesse nível são dimensionadas as metas e objetivos no médio prazo. Entende-se também como nível mediador, entre as diretrizes e metas a serem alcançadas no longo prazo, almejadas do nível estratégico e a tradução em planejamento das atividades a serem desempenhadas pelo nível operacional.

Conceitualmente, o nível operacional é o nível base na estrutura organizacional. Aqui são desempenhadas as atividades cotidianas dimensionadas para o curto, com metas diárias, semanais ou mensais.

Figura 1. Os três níveis organizacionais.



Fonte: Chiavenato (2006).

Deste ponto, é possível acrescentar mais um conceito que fundamenta uma gestão excelente nas micro e pequenas empresas. Geralmente, o gestor concentra esforços na geração, organização e análise das informações financeiras e tributárias da empresa. Essas informações

são realmente relevantes na tomada de decisão, na busca de soluções e alternativas na vida cotidiana da empresa. Ao analisar somente dados como receita bruta, impostos pagos, custo da mercadoria vendida, custos operacionais, o gestor está preso ao tempo. Segundo Hong (2006, p. 6) “a ênfase da contabilidade financeira está concentrada no que já ocorreu, nas consequências financeiras passadas”, ou seja, as ações de gerência serão sempre tardias, visto que serão praticadas após aos acontecimentos. Em contrapartida, o gestor que considera informações gerenciais, tem sua visão direcionada para o futuro, antevendo condições de mercado. Hong (2006, p. 6) esclarece dizendo que as informações gerenciais “tem orientação para o futuro, para o planejamento de eventos e atividades e para as decisões que afetam o futuro da empresa”.

Segundo Hong (2006, p. 7) o escopo das informações pode ser determinado da seguinte forma, onde o caráter financeiro preocupa-se com o estudo das demonstrações financeiras da empresa, desdobrando para as unidades ou filiais, a formação das receitas e custos, posições do estoque e contas a receber etc. O caráter gerencial concentra-se nos níveis intermediários e operacionais da empresa, isto é, suas linhas de produto, divisões, departamentos, clientes, fornecedores. Essas informações são alicerce para formação de estratégias frente aos clientes, definem modelo de negociação com fornecedores e estipulam as metas a serem alcançadas por cada individualmente ou por departamento.

Fundamentos de Contabilidade

A contabilidade esquadra-se como uma ciência social porque também estuda os efeitos sociais das ações dos seres humanos que possam ser medidas economicamente, ou seja, ações que se traduzem em efeitos monetários. As transações entre as empresas e as pessoas são transações sociais, e parte delas pode ser medida, tanto em termos de quantidade física quanto em termos de quantidade de moeda, atributo fundamental para a ciência contábil.

Como explicitado anteriormente, a contabilidade tem por objeto de estudo o patrimônio das entidades. Dentro desse conceito, Padoveze e Martins (2014, p. 88), define que o patrimônio “é o conjunto de riquezas de uma entidade, de uma pessoa física, de uma pessoa jurídica ou mesmo de uma entidade governamental”.

A Ciência Contábil possui princípios que orientam o estudo do patrimônio. Eles podem ser conceituados como premissas básicas acerca dos fenômenos e eventos contemplados pela contabilidade, premissas que são a cristalização da análise e observação da realidade econômica, social e institucional. Neles encontramos a essência que norteiam a vida contábil e nos ajudarão a assimilar preceitos da controladoria. Dentre os vários princípios, citaremos aos que estão intimamente ligados ao escopo de artigo.

De um modo geral, Bazzi (2014, p. 51) afirma que o Princípio da Continuidade “assemelha a empresa a um organismo vivo e deverá operar por tempo indeterminado”, ou seja, é imprescindível que o gestor vislumbre a empresa no futuro a longo prazo. Frente a cultura de postergar o trabalho cotidiano, Bazzi (2014, p. 51) apresenta-nos o Princípio da Oportunidade. Este refere-se ao “registro tempestivo do patrimônio da empresa, assim como de suas alterações (mutações)”, com o objetivo de fornecer informações fidedignas e atualizadas da situações econômica/financeira da empresa. Independente do porte da empresa, um fato recorrente, é a utilização da força econômica e patrimonial da empresa para fins particulares. Essa situação é prevista pelo Princípio da Entidade, que preconiza que “o patrimônio da empresa não é mesmo de seus sócios” (BAZZI, 2014, p. 50).

O Princípio da Prudência, determina a adoção, por parte da empresa, do menor valor para os seus bens e direitos e do maior valor para as suas obrigações, ou seja, os ativos não podem ser superestimados e os passivos não podem ser subestimados; com isso, atribui-se maior confiança à mensuração e à apresentação dos componentes do patrimônio.

Outra premissa é o Princípio da Competência que afirma que todas as receitas e despesas devem ser apuradas ou levantadas no período em que acontecerem, sempre de forma simultânea, independentemente do seu respectivo recebimento ou pagamento.

Por último, o Princípio do Registro do Valor Original determina que todos os componentes do patrimônio de uma empresa devem ser contabilizados de acordo com o seu valor

original, que deverá ser expresso obrigatoriamente na moeda corrente vigente no país.

Figura 2. Princípios Contábeis.



Fonte: Estacio, [201-].

Os princípios da contabilidade permeiam toda a análise contábil realizada em toda e qualquer empresa, atuando como direcionadores às ações e às reações relativas às decisões fundamentadas na contabilidade em tal empresa. São como normas que não podem ser ignoradas ou deixadas de lado.

Todo esse cuidado em analisar o patrimônio da entidade tem a finalidade de extrair informações que, posteriormente, serão base para a tomada de decisão.

Controladoria

As organizações empresariais interagem com a sociedade de maneira completa. A empresa é um sistema em que há recursos introduzidos que são processados e que geram a saída de produtos ou serviços. Uma empresa é considerada um sistema aberto em razão de sua interação com a sociedade. Essa interação provoca influência nas pessoas, mudança nos padrões de vida e o desenvolvimento da sociedade. Segundo Padoveze e Martins (2012) “toda empresa tem uma missão em relação à sociedade e a missão das empresas corresponde aos seus objetos permanentes, que consistem em otimizar a satisfação das necessidades humanas”. No desafio diário da realização de sua missão, os pilares da Controladoria dão sustentação para que a gestão empresarial obtenha sucesso na otimização de seus resultados.

Neste ponto, procuramos salientar o conceito da palavra gestão sob qualquer aspecto. Dessa forma, é importante que o empresário analise a empresa, não apenas como fonte de renda, mas também como um sistema que é fonte de informações. Por tanto, a aplicabilidade dessas informações e o tratamento que estas receberão, terá caráter decisivo nas tomadas de decisões e no futuro da empresa.

Segundo Luz (2014, p. 64) a terminologia gestão deve ser compreendida como sinônimo de administração, sendo que as funções da administração – planejar, organizar, dirigir e controlar recursos – são intrínsecas ao conceito de gestão. Para o mesmo autor, a gestão, sua forma de implementação e condução, devem ser adaptáveis à sua cultura organizacional, sendo assim, gerenciar é um processo de se conduzir uma organização, encadeando atividades para que ela possa atingir os resultados planejados, a despeito das atividades e restrições que possa enfrentar.

A controladoria é uma atividade e um campo do conhecimento híbrido, que recebe conceitos e conhecimentos da Contabilidade, e da Administração, sendo responsável pelo suprimento de informações aos tomadores de decisão. Devido a esse fato, ela pode ser dividida didaticamente em controladoria administrativa e controladoria contábil, mas na prática profissional isso não é muito comum pois ambas as partes costumam ficar sob a égide de um único gestor (*controller* ou controlador).

Desde ponto em diante, já está claro que a função de *controller*, que detém a responsabilidade pelo acompanhamento do fluxo natural das atividades e a supervisão dos processos produtivos, será exercida pelo sócio proprietário ou alguém por eles designado, devido às limitações dos recursos humanos da empresa, as funções decorrentes do conceito de Controladoria podem ser acumuladas.

As Micro e Pequenas empresas podem fazer uso da controladoria colocando em prática seus principais conceitos nos campos Contábil, Orçamentário e Financeiro. Nesta análise é prudente considerar a limitação decorrente do porte da empresa.

No aspecto Contábil, o empreendedor pode analisar sob o prisma fiscal, de custo e gerencial. No aspecto fiscal, o suporte técnico já fornecido pelo contador pode possibilitar que a empresa usufrua dos benefícios fiscais previstos legalmente. No Custos, deve analisar os gastos necessários na prestação do serviço e/ou na venda de mercadorias. Nesse momento, e avaliado a viabilidade do preço de venda, a ajustes na margem de lucro e a otimização do uso dos recursos usados na produção dos serviços e/ou produtos. No aspecto gerencial ocorre o processamento das informações de desempenho da empresa, a comunicação interna acerca dos objetivos de otimização dos custos, a emissão dos relatórios gerenciais que serão utilizados na análise e no acompanhamento da performance e resultados das atividades e processos empresariais. Essa situação é demonstrada por Contábil (2016) quando afirma que “quanto mais a contabilidade é responsável por ver informações para fins de controle e decisão, o que inclui avaliação de desempenho, mais o contador fica no centro de interesses divergentes.

No aspecto orçamentário, o gestor define os planos administrativos da empresa com visão de futuro, definindo os objetivos, metas para resultados, futuros investimentos e projetos para expansão. O trabalho do gestor não se restringe somente ao presente, ao atual, ao corrente; precisa extrapolar o imediato e projetar o futuro de sua empresa. Segundo Chiavenato (2011) o administrador necessita ser dotado da capacidade de tomar decisões estratégicas, aquelas que abrangem a corporação como um todo, além de planejar o caminho a ser seguido pela empresa no longo prazo.

Por último, o aspecto financeiro é o responsável por desempenhar um dos papéis mais relevantes dentro da empresa. Fazer análise e planejamentos financeiro, tomar decisões de investimento e responsabiliza-se por decisões no contexto das finanças, são umas das principais atividades realizadas nesse setor. O gestor deve verificar a necessidade de aumento da capacidade produtiva, definir o tipo adequado de financiamento. Além disso, deve determinar o momento para lançar mão das melhores fontes de financiamento para a empresa, prazos, custos e garantias.

Por tanto, os conceitos de controladoria auxiliarão na definição do planejamento financeiro, planejando lucros, definido metas de investimento e respectivos financiamentos, realizando previsões de vendas e orçamentos, e determinado os procedimentos de execução para assegurar o melhor desempenho.

Considerações Finais

Dado ao papel de desenvolvedor da sociedade e de ancora da economia brasileiras, as micros e pequenas empresas precisam ser vistas mais que sendo apenas os potenciais clientes na carreira profissional dos contabilistas, devem tornar-se objetos de estudos dos seus responsáveis contábeis, precisam ter seu potencial produtivo melhor avaliado pelas fontes de fomento e de financiamentos público-privado. É urgente que governos no âmbito federal, estadual e municipal reconheçam a importâncias destas na geração de emprego, renda e riqueza do Estado.

Os empreendedores esperam dos gestores públicos a contraprestação de tributos pa-

gos. Estes devem transforma-se não somente em benefícios diretos para as empresas, mas em benefícios globais para a sociedade. É primordial o fortalecimento das micros e pequenas empresas para que essas cumpram com mais desenvoltura o seu papel social e consolide também cultura empreendedora para que as oportunidades sejam transformadas em novos negócios, gerando emprego e renda. Contudo, mesmo com os avanços oriundo do SIMPLES NACIONAL, as MPE's, sofrem com as políticas públicas que as sufocam e com a forte carga tributária que se materializam nos impostos pagos, diretamente e indiretamente, neste caso embutidos nos produtos e serviços contratados.

Ressalta-se, ainda, os brilhantes trabalhos realizados por entidade como o SEBRAE que, além do apoio técnico e de consultoria na gestão do negócio, dedica-se aos estudos e as pesquisas que monitoram o desenvolvimento das MPE's, apontam pontos fortes e fracos das empresas e definem ações estratégicas globais. Os aspectos relativos ao empreendedor e ao negócio possuem relevantes deficiências, onde verificou-se que 69% das empresas possuem menos de seis meses de planejamento e que 82% delas fecham. Outro aspecto mercadológico foi pesquisado e constatou que 46% dos empresários não conheciam a dimensão dos clientes potenciais, 39% deles não sabiam o capital de giro necessário para gerir o negócio e 38% não sabiam o número dos concorrentes. Os principais motivos alegados por 19% dos falidos foram falta de capital de giro, assim, levando ao endividamento e falta de crédito, 9% falta de clientes, 8% problemas no planejamento e 14% fecharam e mudaram de ramo de atuação.

Concluimos que as questões internas contribuem definitivas para a descontinuidade da empresa. Planejar, organizar, dirigir e controlar recursos são conceitos da Controladoria e Administração que podem mudar a realidade das micros e pequenas empresas. A implantação desses conceitos proporcionará as MPE's estabilidade no mercado, melhor oferta de produtos e serviços, reafirmação como agentes de distribuição de renda e melhoria das condições de vida na sociedade como um todo.

Referências

BAZZI, S. **Contabilidade em ação** [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2014. (Serie Gestão Financeira).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 2004.

BRASIL. **Lei Complementar Nº 123**, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm. Acesso em: 27 mar. 2021.

CHIAVENATO, I. **Administração para não administradores: a gestão de negócios ao alcance de todos**, 2° ed. Barueri, SP: Manole, 2011.

CONTÁBIL, P. P. **Noções gerais de contabilidade**. 2016. Disponível em: <https://portalpesquisacontabil.wordpress.com/2016/07/25/noco-es-gerais-de-contabilidade/#:~:text=Quanto%20mais%20a%20contabilidade%20%C3%A9,vir%20atender%20os%20seus%20interesses>. Acesso em: 27 mar. 2021.

ESTACIO. **Teoria da Contabilidade / Aula 3 - Postulados, princípios e convenções**. [201-]. Disponível em: <http://estacio.webaula.com.br/cursos/gon566/aula3.html#modal-resumo>. Acesso em: 27 mar. 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

HONG, Y. **Contabilidade Gerencial**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **As Micro e pequenas empresas comerciais e de serviços no Brasil 2001**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

LUZ, É. E. da. **Controladoria Corporativa [livro eletrônico]**. 2. Ed. rev., atual. E ampl. – Curitiba: InterSaberes, 2014.

MAXIMIANO, A. C. A. **Administração para empreendedores: fundamentos da criação e da gestão de novos negócios**. 2º ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

PADOVEZE, C. L.; MARTINS, M. A. M. **Contabilidade e gestão para micro e pequenas empresas**. Curitiba: InterSaberes, 2014.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Micro e pequenas empresas geram 27% do PIB do Brasil**. [201-]. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mt/noticias/micro-e-pequenas-empresas-geram-27-do-pib-do-brasil,ad0fc70646467410VgnVCM2000003c74010aRCRD#:~:text=Bras%C3%ADlia%20%2D%20Os%20pequenos%20neg%C3%B3cios%20respondem,presidente%20do%20Sebrae%2C%20Luiz%20Barretto>. Acesso em: 27 mar. 2021.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **O sucesso e o fracasso das empresas nos primeiros 5 anos de vida**. 2014. Disponível em: http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Anexos/causa_mortis_2014.pdf. Acesso em: 27 mar. 2021.

Recebido em 28 de março de 2021.

Aceito em 28 de setembro de 2021.